



Organização e texto: Renata Santos

ESPAÇOS de PODER da NAÇÃO

O Rio de Janeiro e os 200 anos da
Independência do Brasil



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
apresentam

ESPAÇOS de PODER da NAÇÃO

O Rio de Janeiro e os 200 anos da
Independência do Brasil



Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, arquivada ou transmitida de nenhuma forma ou por nenhum meio, sem a anuência da editora.

Este livro segue o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Todos os direitos reservados à Quererres Edições.

www.editoraquereres.com

@editoraquereres

1ª edição, Maio de 2023

FOTOS:

Oscar Liberal

PROJETO GRÁFICO:

Sergio Campante

COORDENAÇÃO DE PESQUISA:

Fernanda Pereira

DIREÇÃO DE PRODUÇÃO:

Luiz Prado

VERSÃO ACESSÍVEL:

Sputnik Phonograms

REALIZAÇÃO:

8 Produção e Quererres Edições

REVISÃO

Michel Gannam

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Renata

Espaços de poder [livro eletrônico]: o Rio de Janeiro e os 200 anos da Independência do Brasil / Renata Santos. — 1. ed. — São Paulo: Quererres edições, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-85342-02-5

1. Brasil – História – Independência, 1822

I. Título.

23-155701

CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

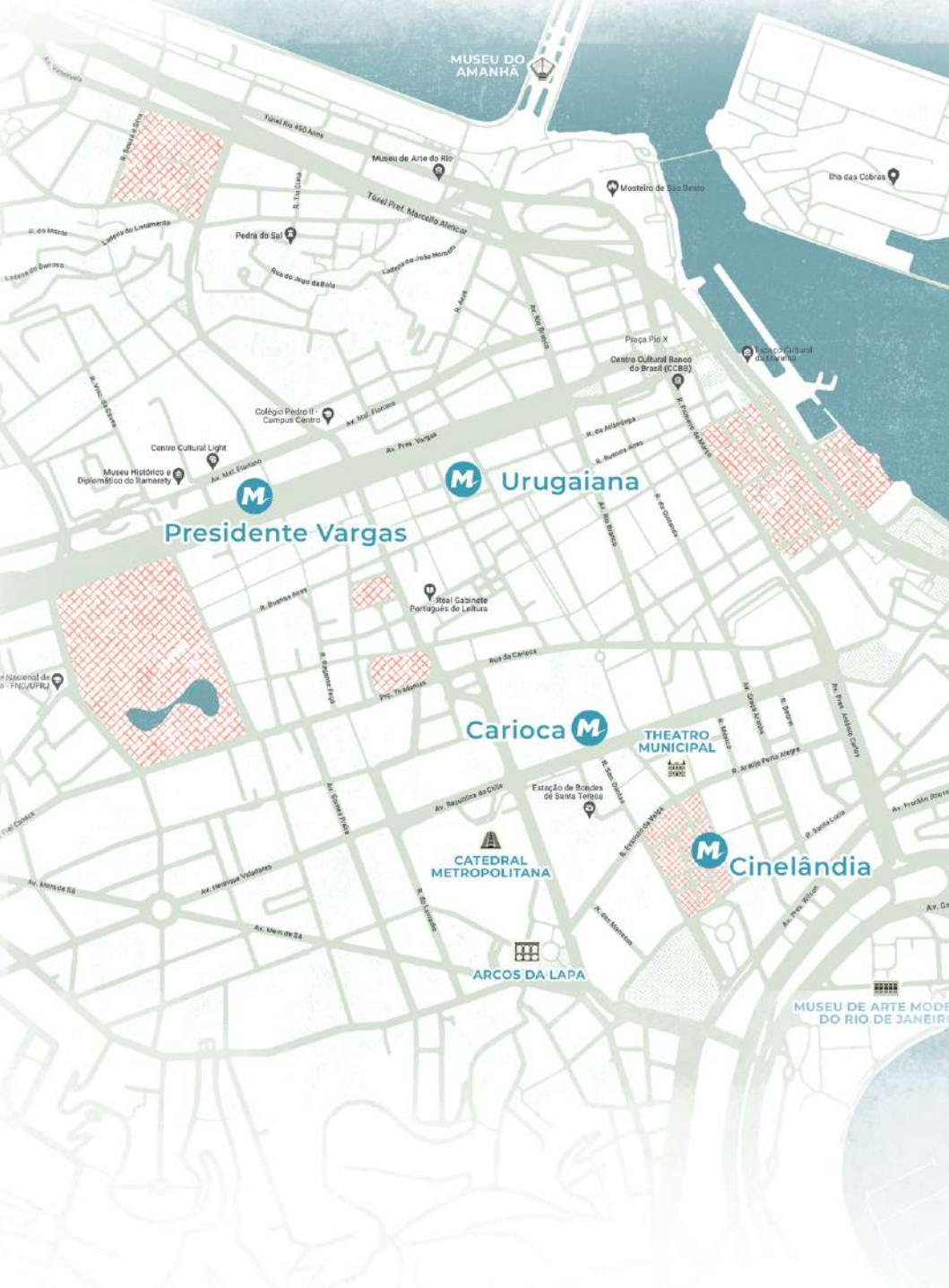
1. Brasil : Independência : História 981

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

“O espaço é a sociedade, e a paisagem também o é.
No entanto, entre espaço e paisagem o acordo não é total,
e a busca desse acordo é permanente;
essa busca nunca chega a um fim”.

Milton Santos.

A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 67.



MUSEU DO AMANHÃ

Museu de Arte do Rio

Mosteiro de São Bento

Iha das Cobras

Pedra do Sal

Túnel Prof. Marcello Alencar

Centro Cultural Light

Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty

Cólegio Pedro II - Campus Centro

Piazza Pio X

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB)

Museu Cultural da Marinha

Presidente Vargas

Urugaiana

Real Gabinete Português de Leitura

Carioca

THEATRO MUNICIPAL

Cinelândia

CATEDRAL METROPOLITANA

Estação de Branda de Santa Teresinha

ARCOS DA LAPA

MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO

Introdução

Espaços de poder da Nação:
um percurso entre histórias e lugares

Atualmente, o Rio de Janeiro é um espaço urbano com uma população estimada de 6.775.561 habitantes, conforme informações apresentadas pelo Data.Rio, da prefeitura da cidade¹. Sua certidão de nascimento, registrada pelos colonizadores portugueses, foi emitida no dia 1º de março em 1565, ainda na exígua faixa de terra existente entre o morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, no atual bairro da Urca. Embora tenha nascido como um pequeno povoado, São Sebastião do Rio de Janeiro já veio ao mundo com o título de cidade, em uma estratégia da coroa portuguesa de consolidar seu

1 Conforme <https://www.data.rio/apps/PCRJ::cidade-do-rio-de-janeiro-panorama/explore>

domínio sobre aquela parte do território, então ocupados pelos franceses pelo menos desde 1555.

A própria fundação da cidade do Rio de Janeiro, portanto, pode ser considerada em si um ato de conformação de um espaço de poder, na medida em que representou tanto a necessidade de afirmação do colonizador português sobre outros exploradores europeus, quanto sobre os próprios povos originários do território, alterando, ao longo de séculos de dominação colonial, não só o espaço geográfico das aldeias, como todo o sistema cultural, social e econômico dos indígenas que aqui viviam.

A introdução dos povos africanos escravizados neste mesmo espaço, ainda no início do processo de colonização no século XVI, não se fez para substituir a mão de obra indígena, mas sim para coexistir com ela, dando-se desta forma uma “notável variedade de experiências entre trabalho indígena e africano em diferentes regiões das Américas”². Logo, seja na América espanhola ou portuguesa, a chegada dos colonizadores europeus teve um enorme impacto sobre o continente americano, sendo um fato inequívoco que todas essas experiências tiveram como marca a violência e a crença da superioridade de uma determinada cultura sobre as outras.

2 DIAS, Camila L. “Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade”. *Revista Estudos Avançados*, 33 (97), 2019, p. 247

Na parte do território americano que coube aos portugueses explorar, a soma desse encontro entre povos completamente distintos, provenientes de três continentes diferentes – América, Europa e África – resultou no que se convencionou chamar de Brasil e em um povo em tese culturalmente homogêneo, o brasileiro. Em 2022, comemorou-se a passagem dos 200 anos em que esse espaço-síntese, o Brasil, tornou-se independente do seu colonizador, e que um “nós”, enquanto Estado-Nação, começou a ser construído.

Tendo em vista esta perspectiva, este trabalho foi pensado como um convite ao leitor para um passeio a pé por essa cidade, transformada em capital da Colônia, em 1763, capital do Império que se fundou a partir da Independência, em 1822, e capital da República, desde que esta foi proclamada em 1889 até a construção de Brasília, em 1960. Com uma centralidade político e econômica construída deste os tempos da colônia, o Rio de Janeiro foi durante muito tempo também uma cidade-vitrine, lugar de reverberação de diferentes projetos de poder, que invariavelmente incidiram sobre o espaço da cidade, seja a partir de uma determinada configuração, seja através de grandes intervenções e apagamentos, como foi o caso do morro do Castelo, berço de desenvolvimento da cidade colonial, totalmente demolido no início no século XX.

Há, portanto, nos espaços e nos lugares que constituem a cidade-vitrine uma intencionalidade na forma como eles são organizados e sistematizados, expressão do fluxo do movimento de produção da

própria vida, como nos ensina o magistral geógrafo Milton Santos. Alguns dos lugares e das articulações que levaram à proclamação da Independência, em 1822, ainda podem ser identificados no espaço da cidade, sobretudo no Centro. Escolhemos seguir o fluxo desses acontecimentos na ordem em que eles aconteceram, o que resultou em percurso com uma lógica espacial própria daquele momento, diferente da que experimentamos hoje no nosso dia a dia.

Nosso percurso se dará entre um espaço de tempo que se estabelece entre 1808 e 1823, de forma a apresentar um pouco do contexto político que favoreceu o rompimento entre Brasil e Portugal. Começamos nosso circuito apresentando o lugar da chegada da família real portuguesa, que se transferiu para o Brasil em 1808, evento que teve um profundo impacto nas relações estabelecidas até então entre a metrópole e a colônia (**Espaço 1**). Seguimos depois para Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, o único dos lugares selecionados para compor este percurso que não existe mais, embora sua construção tenha sido um dos marcos na cidade de um fato importantíssimo no processo de Independência, a Elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, em 16 de dezembro de 1815 (**Espaço 2**). De lá, seguimos a aclamação de Dom João como rei desse novo reino ultramarino, em 6 de fevereiro de 1818, e mostramos a importância das ruas como espaço de afirmação simbólica desse espaço de poder (**Espaço 3**). Processo, aliás, que desagradou bastante aos portugueses e que desencadeou uma série de reações, entre as quais a imposição da família real de jurar fide-

lidade às Cortes Constitucionais de Lisboa, episódio que teve lugar no Largo do Rocio (atual praça Tiradentes), em 26 de fevereiro de 1821 (**Espaço 4**).

A essa altura, os ânimos entre “brasileiros” e portugueses já começaram a ficar acirrados, o que levou à proclamação do famoso “Fico”, proferido pelo príncipe Pedro, em 9 de janeiro de 1822, de uma das janelas do Paço Imperial (**Espaço 5**). Com as relações políticas entre os dois reinos cada vez mais insustentáveis, a Câmara de Vereadores da cidade teve um papel de destaque nesse momento decisivo (**Espaço 6**). Antes mesmo, portanto, que o “Grito do Ipiranga” se tornasse um símbolo criado pelos historiadores do século XIX, o processo de adesão à figura do Imperador já era uma realidade, tendo-se lançado em 3 de junho de 1822 um decreto convocando uma Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa, composta de deputados das províncias do Brasil. Toda essa articulação, terá como desfecho a aclamação e coroação de Dom Pedro I em 12 de outubro de 1822 como Imperador, tendo as cerimônias ocorridas tanto em um espaço público – o Campo de Sant’Anna (Atual praça da República) – quanto em um espaço fechado, a Igreja de N. Sra. do Carmo, então Sé Catedral da cidade (**Espaço 7**).

Para encerrar, nos encaminhamos para dois lugares com forte carga simbólica neste processo: o local de Abertura da primeira Assembleia Geral Constituinte Brasileira, onde atualmente se localiza o Palácio Tiradentes (**Espaço 8**); e por último, mas sem dúvida

alguma não menos importante, o espaço que se conecta com todos esses outros: a região e o cais do Valongo, principal porto de entrada de africanos escravizados das américas, sustentação econômica não só do novo Império, mas de toda a economia estabelecida antes e depois dele (**Espaço 9**). A ausência de espaços relacionados aos povos indígenas nesse percurso não foi um esquecimento, mas uma mostra do quanto a política de apagamento da cultura desses povos na nossa história foi bem-sucedida.

Para cada um desses espaços foi elaborado uma coluna “Não deixe de Apreciar”, com dicas de lugares que complementam e exemplificam como diferentes camadas de tempo podem se sobrepor sobre um mesmo espaço da cidade. Também foi feita uma sessão intitulada “Linke-se”, com uma cuidadosa seleção de diferentes conteúdos disponíveis online que podem ajudar ao leitor a conhecer um pouco mais sobre o assunto, com indicações de vídeos, referências de fontes em arquivos públicos, páginas com conteúdos informativos e até documentários. Ainda preparamos um mapa, no final do guia, que vai te ajudar a se localizar por esse roteiro. Por fim, uma bibliografia de referência pode ser útil também àqueles que querem dar um passo além.

Boa leitura e bom passeio!

Renata Santos
Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro





Espaço 1

Chafariz do Mestre Valentim e Cais
(atual Praça XV) - transferência da Corte
portuguesa para o Brasil em 1808

Pode parecer estranho pra quem visita esse monumento hoje em dia, mas no passado esse chafariz funcionou como uma importante fonte de abastecimento de água não só para os habitantes da cidade, mas também para os navios que entravam na Baía de Guanabara. Além de chafariz, construído por Mestre Valentim, importante artesão do período colonial, o local abrigou também um cais, com “peitoris, assentos e uma rampa de pedra lavrada” (Gonçalves, 2013, p. 37). É preciso, caro visitante, que você imagine o mar batendo ali, isso até o início do século XX. Sede da colônia portuguesa desde 1763, cais e chafariz serviram não apenas para o embarque e



Pustkuchen f.

Larg

desembarque de passageiros e viajantes provenientes de diversas parte do mundo, mas também para o escoamento da maior parte da produção de mercadorias que entravam e saíam de toda a América portuguesa, bem como ao comércio de importação e distribuição de africanos escravizados, base da economia mercantil colonial.

A transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio, fortaleceu a posição estratégica da cidade como “cabeça do Esta-



no do Paço.

FIGURA 1

do do Brasil” e propiciou uma série de obras de melhorias e de infraestrutura urbanas, sobretudo no Terreiro do Carmo, atual Praça XV, principal espaço de poder da cidade. Entre as “melhorias”, além da construção do próprio chafariz, esteve a transferência do mercado de compra e venda de escravos da rua Direita, atual 1º de Março, para a então distante região do Valongo a partir de 1758, retirando daquela área considerada nobre todo o comércio de almas africanas.



Pois foi neste espaço central na vida da cidade, que o príncipe regente Dom João desembarcou em 8 de março de 1808. Naquele momento, Portugal se via às voltas com Napoleão Bonaparte e seus planos de um Império para chamar de seu, projeto que incluía o bloqueio do comércio da Europa com a Inglaterra. Nessa queda de braço entre a Inglaterra e França, Portugal se viu entre a cruz e a caldeirinha: aliar-se ao primeiro e transferir sua Corte para o Brasil, apostando na formação de um Império ultramarino, embora indispondo-se com o segundo; permanecer em Portugal e manter um alinhamento com França, a fim de manter sua posição no tabuleiro de forças europeu, porém desagradando o primeiro.

Como sabemos, os favoráveis ao alinhamento com os ingleses venceram, com a Corte da rainha Dona Maria I desembarcando no cais do Terreiro do Paço em 8 de março de 1808, depois de uma parada de um mês em Salvador. A inédita transferência de uma corte europeia com todo seu aparato de Estado para o interior de suas possessões na América foi um evento emblemático, desencadeando “um rearranjo de forças políticas e sociais cujo resultado será a formação das elites dominantes e dirigentes de uma nação que aí se fundava e de sua contrapartida institucional: a construção do Estado brasileiro, que foi concebido monárquico e monárquico se manteve por quase todo o século” (Malerba, 2000, p. 21).

NÃO DEIXE DE APRECIAR:

Dois grandes marcos na cidade do Rio de Janeiro colonial localizados próximos ao Chafariz:



Aqueduto da Carioca (Arcos da Lapa)

Embora os Arcos da Lapa sejam hoje um dos pontos turísticos mais conhecido da cidade, eles não foram construídos para servir ao seu uso atual, levar o famoso bondinho de Santa Teresa do Centro da cidade para o bairro de mesmo nome, mas sim como um Aqueduto. Construído em forma de arcos, esse aqueduto foi obra de imensa importância da engenharia do período colonial, parte de um enge-



nhoso sistema de captação e canalização das águas do rio Carioca. A obra, visava levar a água potável deste rio, cujo percurso corresponde ao traçado atual das ruas Cosme Velho e rua das Laranjeiras, na Zona Sul da cidade, para o Centro, abastecendo um chafariz que se localizava no atual Largo da Carioca. Embora o percurso do rio pelos bairros do Cosme Velho, Laranjeiras e Flamengo tenha sido canalizado, sua nascente ainda se encontra preservada dentro dos limites do Parque do Nacional da Floresta da Tijuca e sua foz, na Praia do Flamengo.



Passeio Público

Figura entre as principais obras de melhoria e infraestrutura realizadas na cidade do Rio de Janeiro após esta ter passado a sede da Colônia, em 1763. Considerado o primeiro jardim público do país, o Passeio fora um importante espaço de sociabilidade e de lazer, até então inexistentes na Colônia. Foi projetado em 1773 pelo Mestre Valentim e inaugurado dez anos mais tarde. Seu traçado primitivo apresentava ruas retas que se cruzavam ortogonalmente, e outras formando diagonais. Ao final do século XIX, seu traçado foi reorganizado pelo botânico e paisagista Auguste François Marie Glaziou, que abriu novos caminhos em curvas. Mas alguns elementos decorativos do projeto original ainda estão preservados, como o grande



portão da entrada, forjado em ferro em estilo rococó, onde se destaca o brasão com as armas reais, as duas pirâmides que balizavam o eixo central da composição e o Chafariz dos Amores.

Linke-se!

- **Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira**

Verbetes: Rio de Janeiro: a nova ordem na cidade

http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5226&Itemid=215



Espaço 2

Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios –
Elevação do Brasil a Reunido Unido
em 16 de dezembro de 1815

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, além de inverter os papéis entre a metrópole e sua então colônia na América, afirmou a opção da monarquia de fundar um novo Império nos trópicos, opção que rompia com determinados setores da antiga Corte de Lisboa. De certo modo, Dom João fora como um comandante que abandonara o navio: os que ficaram em Portugal tiveram que amargar um longo período de ocupação militar promovido pelos franceses, fato que gerou grandes flagelos para a população do reino. Expulsos os franceses em 1811, os portugueses apelaram para a volta do monarca, pedido que não foi atendido. Àquela altu-

ra, com o alinhamento dos interesses entre as duas elites da época indo de vento em popa - a aristocracia migrada com a família real e os ricos comerciantes da praça mercantil do Rio de Janeiro, o retorno de Dom João era cada vez mais incerto.



Em 16 de dezembro de 1815, esse alinhamento virou casamento com a elevação do Brasil à mesma categoria de reino aos reinos de Portugal e do Algarves, para desgosto e desolação dos portugueses de além-mar. Enquanto a Europa se reorganizava após derrotar Napoleão, por aqui a preocupação era sobre o tipo de festejos a serem realizados para celebrar o novo status do Brasil de colônia a Reino. Com a assinatura de um tratado de paz entre Portugal e

França, o corpo do Comércio do Rio aceitou financiar a imediata vinda de uma missão de artistas franceses para o Brasil em janeiro de 1816, a famosa “Missão Francesa”, como forma de contribuir para o nosso progresso e “civilização”.

Foi, portanto, neste contexto de celebração do novo caráter político do Brasil que foi decretada em 12 de agosto de 1816, a criação de uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, com a finalidade de promover e difundir o ensino de conhecimentos considerados como indispensáveis para a “comodidade e civilização dos povos”, abrangendo áreas como agricultura, mineralogia, indústria e comércio.

Contudo, somente dez anos depois, em 1826, a Escola começou a funcionar efetivamente, sob a denominação de Academia Imperial de Belas Artes. A Escola ficava localizada na Travessa das Belas Artes, próximo ao então Largo do Rocio (atual Praça Tiradentes). Lamentavelmente, foi demolida em 1938, durante o governo de Henrique de Toledo Dodsworth Filho (1895- 1975). Atualmente, no local existe um grande painel representando sua fachada.



NÃO DEIXE DE APRECIAR:

O Portal da Imperial Academia de Belas Artes conservado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Construído no âmbito do projeto “civilizador” da nova Corte no Rio de Janeiro, o prédio da Academia Imperial de Belas Artes ampliava o rol de novas construções na cidade utilizando-se do estilo neoclássico, contribuindo para o cosmopolitismo da Corte a partir da adoção de um padrão cultural europeu. A derrubada do prédio histórico em 1938 e a preservação do seu portal, bem como a escolha de levá-lo para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, não deixa de ser um fato curioso. Um ano antes de sua demolição, a



Lei n 378 de 13 de janeiro de 1937, estabelecia a criação de um Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, origem administrativa do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com a finalidade de “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”. Que patrimônio era este a ser preservado e como essa seleção contribuiu para a formação de uma determinada “identidade nacional” tem sido pauta de importantes debates.

Museu Nacional de Belas Artes (MNBA)

Sua criação está relacionada à Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, de 1816, cujas mudanças de estatuto e diretrizes levaram à Escola Nacional de Belas Arte, em 1890, origem do acervo do MNBA. Fundado em 1937, o MNBA é considerado o primeiro museu de arte brasileira e conta com um acervo de mais de 60 mil peças, entre obras de pintura, escultura, desenho e gravura brasileira e estrangeira, além de reunir um segmento significativo de arte africana, arte decorativa, mobiliário, gliptíca (arte de gravar em pedras preciosas), entre outros, notadamente no que diz respeito à produção do século XIX.



ROMA

AMER

Link-se!

- **Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira**

Verbetes: Reino Unido de Portugal e Algarves

http://historiacolonial.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5785:reino-unido-de-portugal-e-algarves&catid=2086&Itemid=266

Biblioteca Nacional

Verbetes: Tecer – criação do Reino Unido

<http://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/1808-1818-a-construcao-do-reino-do-brasil/tecer-criacao-do-reino-do-brasil/>

Mapas.cultura.gov.br

Conhecendo Museus - Episódio 42: Museu Nacional de Belas Artes

<https://www.youtube.com/watch?v=nMJTYf-BHxw&t=45s>



Espaço 3

As ruas e a afirmação simbólica de uma Corte nos Trópicos — a aclamação de Dom João como rei do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, em 6 de fevereiro de 1818

Com a decisão de Dom João de resistir aos apelos dos portugueses para voltar para a Europa e dispondo dos artistas franceses chegados em 1816, uma série de suntuosos eventos públicos começou a tomar as ruas da Cidade-Corte neste período, visando inaugurar um novo ciclo na história da dinastia dos Bragança. Dentre as diversas celebrações que perpassaram as ruas da cidade, destacam-se: a chegada da imperatriz Carolina Josefa Leopoldina, princesa da Áustria e cunhada de Napoleão; seu casamento com o príncipe



FIGURA 2

Pedro; e a aclamação de Dom João como rei do então Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, após a morte da rainha Dona Maria I.

A montagem cênica dos festejos passava por um intenso uso do espaço das ruas e pela construção de monumentos de materiais não-duráveis, mas capazes de garantir o devido impacto e grandiosidade à situação. A chegada da princesa Leopoldina, em novembro de 1817, por exemplo, foi marcada pela construção de um “Arco do Triunfo” em plena rua Direita, a partir de um projeto de Grandjean de Montigny. Não por acaso esta rua era uma das mais importantes e uma das mais antigas ruas da cidade, existente desde o século XVI.



Contudo, como nos conta Oliveira Lima, em seu clássico *D. João VI no Brasil*, a mais solene e deslumbrante dessas festas de rua foi reservada para a aclamação de D. João VI como rei, em 6 de fevereiro de 1818, tendo o Rio de Janeiro recebido “seu batismo de capital da monarquia” (Lima, 2006, p. 609). No Terreiro do Carmo, que após a chegada da Corte passou a se denominar Largo do Paço (e hoje, Praça XV), Jean Baptiste Debret projetou a “famosa varanda” utilizada na cerimônia de aclamação, cujo interior, narra Oliveira Lima, era revestido de luxuoso “veludo carmesim e com pinturas alegóricas nos tetos, lembrando as virtudes do monarca que subia ao trono de seus avós longe da sua pátria tradicional, mas no coração de uma nova pátria por ele fundada” (Lima, 2006, p. 608).

Na arquitetura efêmera das festas e no uso político dos espaços públicos como lugares simbólicos de afirmação do poder, a construção de uma estrutura social desigual era reafirmada no “abismo existente entre uma minoria privilegiada e o resto da população (...) mantendo unidos os interesses das classes dominantes” (Dias, 2005, p. 23).

NÃO DEIXE DE APRECIAR:



A Casa França Brasil: antiga Praça do Comércio e um espaço híbrido entre o público e o privado





O edifício da Casa França-Brasil insere-se no conjunto de medidas adotadas pelo governo de Dom João para tornar o Rio de Janeiro uma sede digna do Reino Unido de Portugal e Algarves. Foi encomendado em 1819 e inaugurado em 13 de maio de 1820, já na regência do príncipe Pedro, como Praça do Comércio. Projetada pelo onipresente Grandjean de Montigny é considerada a primeira edificação de arquitetura neoclássica construída no Brasil. Para o historiador Marco Morel, a Praça do Comércio “era um local significativo e híbrido no que se refere a espaços públicos” (Morel, 2005, p. 163), dado que era tanto uma galeria fechada quanto aberta, com suas entradas próximas à rua Direita, permitindo o livre acesso e circulação de diversas camadas da população. Sua proximidade



com as ruas, cuja movimentação e inquietação iam além do desejável diante dos planos da Corte, fez com que ali se protagonizasse um episódio de protesto, que por sua violenta repressão, ficou conhecido como “Motim da Praça do Comércio”.

Link-se!

- **Impressões Rebeldes**

Motim da Praça do Comércio

<https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/motim-da-praca-do-comercio/>



Espaço 4

Largo do Rocio (atual praça Tiradentes) -
juramento às Cortes Constitucionais de Lisboa
em 26 de fevereiro de 1821

Se na Cidade-Corte o ambiente era de otimismo em relação aos últimos acontecimentos, em Portugal, o sentimento era o exato oposto. A elevação do Brasil a Reino Unido ampliou o sentimento generalizado de descontentamento entre os portugueses e cedeu lugar à revolta, marcada pela Revolução do Porto de 24 de agosto de 1820. Insatisfeitos com as decisões e encaminhamentos do rei, as elites portuguesas decidiram confrontar abertamente o poder monárquico estabelecido nas bases do Antigo Regime, adotando o sistema de Cortes e a elaboração de uma Constituição, na qual



FIGURA 3

uma Assembleia Constituinte decidiria os termos do novo império luso-português.

No Brasil, o projeto de construção de um Império nos trópicos estava centrado na Corte estabelecida no Rio de Janeiro e nos interesses que se entrelaçavam entre as elites das regiões circunvizinhas. Fora desse eixo, as coisas não eram bem assim. Com dimensões continentais, o território então chamado genericamente pelo nome de Brasil estava longe de se constituir em um todo coeso, sendo que as diferentes condições e necessidades das províncias estavam longe de ser devidamente contempladas na proposta de um Reino Unido.

Exemplo disso, foi o movimento contra a monarquia deflagrado em Pernambuco, em 6 de março de 1817, trazendo para o debate uma proposta diferente da que estava sendo elaborada pela Cidade-Corte. Pernambuco não só proclamou sua independência, como se declarou uma República, formando para tanto uma Junta Governativa Provisória. A repressão da Corte do Rio ao movimento foi brutal e a República pernambucana durou pouco mais de dois meses. As lideranças envolvidas foram punidas de forma violenta, sendo retirado de Pernambuco uma parte do seu território responsável por uma expressiva parte da produção de açúcar.

Afora Pernambuco, que optara por um caminho próprio, as demais províncias foram declarando sua adesão ou não à proposta de instauração de uma monarquia constitucional encabeçada pelos portugueses – como foi o caso de Pará e Bahia. E o que parecia calma-ria, logo se tornou o prenúncio de forte tempestade. Com o reino do Brasil dividido, na madrugada do dia 26 de fevereiro de 1821, um contingente da tropa da guarnição do Rio de Janeiro marchou em direção ao Largo do Rocio exigindo que Dom João VI e os príncipes Dom Pedro e Dom Miguel jurassem previamente obediência à futura Constituição a ser elaborada em Lisboa para os reinos unidos de Brasil e Portugal. Sem alternativa, a imposição foi acatada pelo príncipe Pedro em nome da monarquia dos Bragança, que da sacada do Real Theatro São João, jurou fidelidade à futura Constituição que ainda estava por vir.

NÃO DEIXE DE APRECIAR:

Duas referências simbólicas ao episódio localizadas na Praça Tiradentes:



FIGURA 4

O Real Theatro de São João, atual Teatro João Caetano

Inaugurado em 12 de outubro de 1813, dia do aniversário de D. Pedro I, o Real Theatro São João, atual João Caetano, é considerado o teatro mais antigo da cidade e também do Brasil. Infelizmente, o antigo teatro foi totalmente demolido em 1930 após sofrer alguns severos incêndios, não havendo atualmente nenhum vestígio da arquitetura original na edificação erguida em seu lugar.



A Estátua equestre de D. Pedro I, localizada na atual Praça Tiradentes

Inaugurado em 30 de março de 1862, o monumento ao primeiro Imperador do Brasil foi confeccionado em bronze pelo francês Louis Rochet. Nas faces da imensa base da escultura e, por que não, em alusão às próprias bases do Império, encontram-se “os nomes das vinte províncias brasileiras e quatro grupos alegóricos simbolizando bacias hidrográficas nacionais – Amazonas, Madeira, Paraná e São Francisco, identificadas através de figuras indígenas e



VENDAS:

FINARY

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FIM DE TARDE

REALIZAÇÃO:



SECRETARIA DE
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

TEATRO JOÃO CAETANO





animais típicos da região” (Neves, 2011, p. 11). Foi o primeiro monumento público levantado na cidade do Rio de Janeiro, bem como do Brasil. No final das contas, na disputa pelos espaços públicos como espaços simbólicos poder, no centro da praça que leva o nome de um herói republicano, vivido durante o período colonial (o alferes Tiradentes), reina majestosa a estátua de um imperador português responsável pela Proclamação da Independência do Brasil.

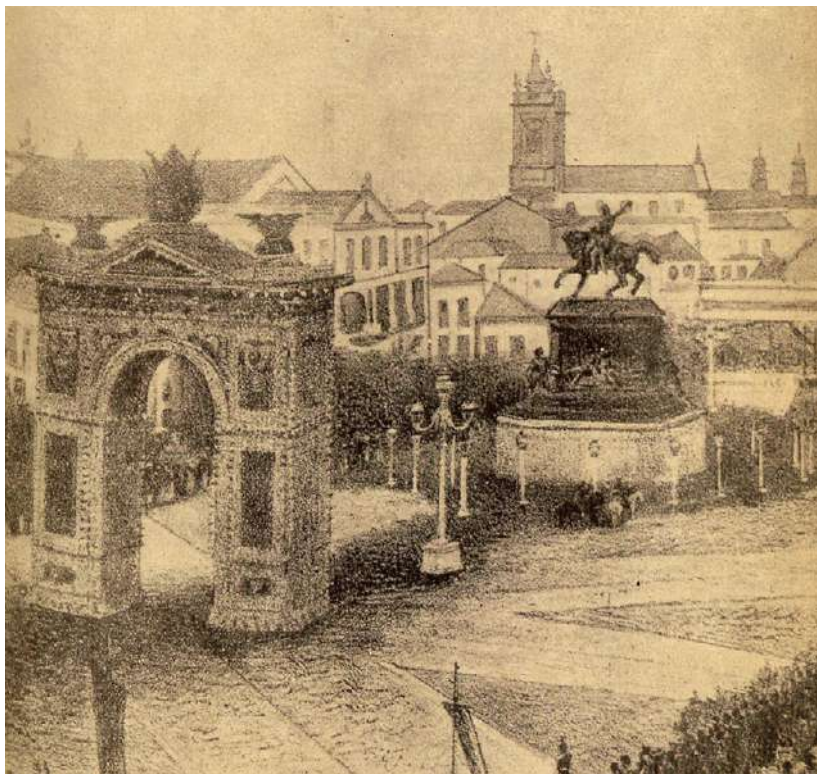


FIGURA 5

Link-se!

- **Biblioteca Nacional**

A ópera da Independência

<https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/a-opera-da-independencia-uma-exposicao-em-dois-atos-e-dez-cenas/primeiro-ato-o-teatro/>



Espaço 5

Paço Imperial – Declaração do “Fico”,
em 9 de janeiro de 1822

O ato de Dom João VI e dos príncipes de jurar fidelidade à nova Constituição que estava sendo elaborada em Lisboa, não amenizou a situação. Diante do duplo risco da deposição da dinastia dos Bragança e de diluição do Império luso-brasileiro, Dom João VI acabou por concordar em voltar para Portugal em 24 de abril de 1821, deixando seu filho Pedro como príncipe Regente do Brasil. Contudo, para os que fizeram a Revolução Liberal em Portugal em 1820, a volta do príncipe, assim como a do rei, era um imperativo. Estava em jogo o princípio do equilíbrio dos poderes, segundo o qual a divisão de instâncias de poder, até então concentrados nas mãos do



rei (daí o termo absolutismo), deveria ser redistribuído, formando o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Os Bragança procuravam uma saída diplomática: se ficasse, o príncipe Pedro estaria afrontando as Cortes de Lisboa e colocando em risco a própria autoridade do pai, Dom João. Por outro, a exigência de sua partida representava uma ameaça à condição do Brasil como parte integrante do Reino Unido, o que aumentava a pressão para sua permanência.

Diante do dilema, Dom Pedro decidiu-se pela famosa solução: “se é apara o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que



fico”. Era preciso, no enteando, conseguir a adesão das províncias que, há menos de um ano atrás, no fatídico 26 de fevereiro de 1821, o fizera jurar fidelidade à uma Constituição portuguesa que ainda estava por vir.

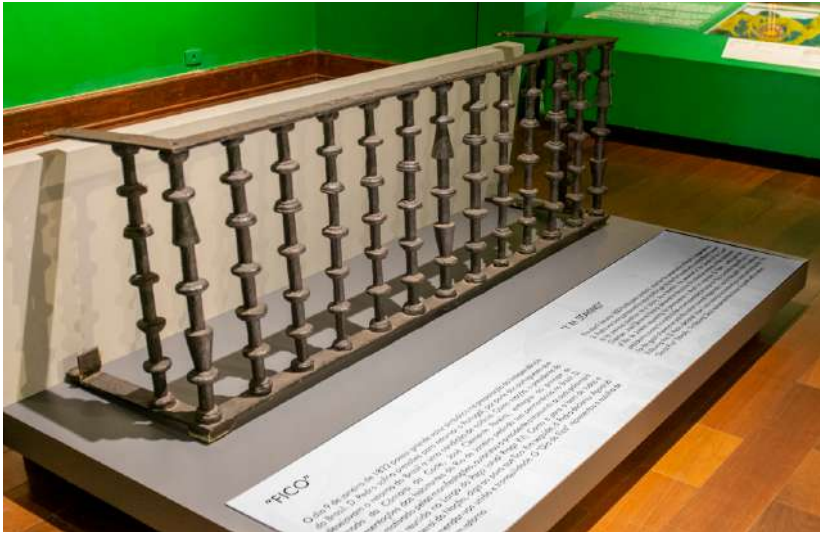
Novos e antigos historiadores já chamaram a atenção para o fato de que a declaração do príncipe, publicada na época tanto pelos canais oficiais da Câmara, quanto pela imprensa, era um tanto diferente da versão que entrou para os anais da história: “Convencido de que a presença da minha pessoa no Brasil interessa **ao bem de toda a nação portuguesa** e conhecendo que a vontade **de algumas províncias assim o requer**¹, demorarei a minha saída, até que as Cortes e meu augusto pai e senhor deliberem a este respeito com perfeito conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido” (Lima, 1989, p. 136; Lustosa, 2006, p. 124)

Acontece que a própria Câmara teria publicado a retificação do texto anterior, eliminando do texto original tanto a tensão política com as Cortes de Lisboa, quanto com as próprias províncias do reino. A decisão de permanecer no Brasil, não era um ato heroico, mas uma tentativa de ganhar tempo e angariar apoio de grupos socioeconômicos favoráveis à manutenção de um Império luso-brasileiro, garantido pela Corte do Rio.

1 Grifos nossos.



NÃO DEIXE DE APRECIAR:



O próprio Paço Imperial e a janela do “Fico”

Antes de ser sede da monarquia, tornando-se Paço Imperial, esta edificação serviu como residência oficial dos Vice-Reis da Colônia. Foi inaugurado em 1743, por ordem do então governador da capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade - o Conde de Bobadela, a partir de projeto do brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim. Era a edificação mais importante da cidade colonial, tendo sido destinada para abrigar a Corte portuguesa em 1808, quando de sua chegada ao Brasil. Foi de uma de suas sacadas do segundo



VUE DE LA PLACE DU PALAIS, À RIO DE JANEIRO.



VUE GÉNÉRALE DE LA VILLE, DU CÔTÉ DE LA MER.

FIGURA 6

andar que o príncipe Pedro anunciou à população sua decisão de permanecer no Brasil. Sendo uma construção do período colonial, o Paço sofreu inúmeras reformas, estando a grade de ferro original do balcão utilizado por Dom Pedro preservada atualmente no Museu Histórico Nacional.

Link-se!

- **Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira**

Verbetes: Termo de vereação do dia do Fico

http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3866:termo-de-vereacao-do-dia-do-fico&catid=149&Itemid=287



AREA DE
ESPERA
y
🚶

Espaço 6

Senado da Câmara/ Câmara da Cidade do Rio de Janeiro – e o processo de adesão à persona de Dom Pedro, em 16 de fevereiro de 1822

Com a decisão de Dom Pedro de permanecer no Brasil os acontecimentos entraram em ritmo acelerado. De uma forma geral, podemos sintetizar que as principais tensões, disputas e debates da época passavam pela definição sobre os acordos e interesses que organizariam o Estado a partir de então: as províncias podiam manter-se separadas e proclamar **repúblicas** como fizeram nossos vizinhos da América Espanhola e da América Inglesa; poderiam buscar a união e formar um **reino** independente de Portugal; poderiam conservar a união com Portugal e reforçar a construção de um **Império** formado de partes de além mar. Nesse debate, as

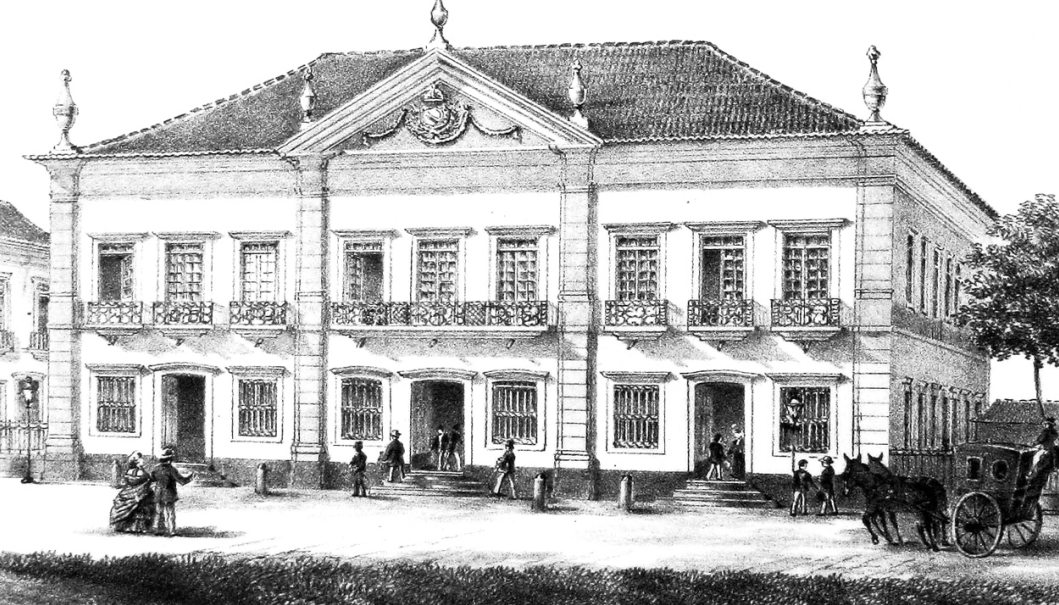


FIGURA 7

câmaras municipais tiveram um papel de bastante destaque, tendo a Câmara da Corte do Rio de Janeiro – que recebera o título de Senado da Câmara - um papel central no desenrolar dessa trama.

De modo diferente dos municípios nos dias atuais, o município colonial era a única instância administrativa de caráter local existente nas capitanias, funcionando como elo entre a população das colônias e a administração portuguesa. Os demais integrantes da burocracia do Estado Colonial eram representantes do poder real: governadores de capitanias, governadores gerais, vice-reis, tribunais e juizes, provedores e comandos militares (Wehling, p. 63)

Por seu importante papel no âmbito local, foi no interior das câmaras e a partir delas que se estabeleceu toda uma dinâmica de nego-

ciações e disputas, tendo como pano de fundo a “adesão” ou não à figura de D. Pedro. Logo após a declaração do “Fico”, em 16 de fevereiro de 1822, a Câmara do Rio de Janeiro encaminhou um Ofício às Cortes de Lisboa sobre a decisão de Dom Pedro de permanecer no Brasil, declarando que o Brasil “queria ser tratado como irmão, não filho; soberano com Portugal e nunca súdito; independente como ele e nada menos” (Lima, 1989, p. 137).

Em resposta, menos de 1 mês depois, em 9 de março, chegava ao Rio de Janeiro uma esquadra portuguesa com a missão de levar o príncipe Pedro de volta para Portugal. A proibição de que os integrantes da expedição desembarcassem era um ato declarado de rompimento com as Cortes de Lisboa. O Rio de Janeiro havia aumentado sua defesa com um contingente vindo de São Paulo e de Minas. A chapa tava quente e aos ânimos extremamente exaltados.

Apesar do clima, o fim do impasse não poderia ter sido mais inusitado: com o consentimento do comandante da esquadra, Dom Pedro ofereceu asilo aos militares que quisessem se transferir para as guarnições do Rio. A proposta foi aceita – pasmem - por mais de dois terços da tripulação! Ao voltar de mãos abanando, sem tripulação e sem príncipe, o comandante da esquadra acabou condenado pelo Conselho de Guerra português. Mas para Dom Pedro, a solução insólita para o impasse rendeu frutos enquanto demonstração de força e liderança política.

NÃO DEIXE DE APRECIAR:



A atual sede da Câmara de Vereadores da cidade, o Palácio Pedro Ernesto

Antes de ocupar sua sede atual, o Palácio Pedro Ernesto, o Senado da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro passou por vários e diferentes locais, desde que foi criada juntamente com a fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565, já no assentamento provisório da cidade junto ao morro Cara de Cão, na Urca, a fim de lhe organizar “uma mínima estrutura político-administrativa e judiciária” (Cavalcanti, 2010, p. 47). Do morro Cara de Cão ao morro do Castelo, onde a cidade se estabeleceu de forma efetiva e pode se expandir, a Câmara de Vereadores chegou a ocupar durante alguns anos o prédio anexo ao Paço Imperial, local

usado também posteriormente como sede da primeira Assembleia Geral Constituinte brasileira, reunida em 1823. A Câmara também ocupou uma edificação no Campo de Santana, derrubada para a construção da Avenida Presidente Vargas, na década de 1940. Assim como o Palácio Tiradentes, a atual sede da Câmara dos Vereadores foi construída no âmbito das comemorações do Centenário da Independência, tendo sido inaugurada em 21 de julho de 1923.



O consistório da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos

Um dos locais onde a Câmara ficou provisoriamente abrigada foi a Igreja do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em uma sala anexa à igreja utilizada para promover reuniões, o chamado consistório. Nesta sala foram realizadas diversas seções da Câmara às



vésperas da Independência. Fundada por volta de 1736, foi, à contragosto, Sé Catedral da cidade entre 1737 e 1808, sendo a primeira igreja visitada pela Família Real Portuguesa ao desembarcar no Rio de Janeiro, em 1808. Após sofrer um incêndio em 1967, onde apenas sua fachada não foi severamente danificada, teve seu interior reconstruído a partir de um projeto dos arquitetos Lúcio Costa e Sergio Porto, sendo reinaugurada em 1969.

Link-se!

- **Arquivo Nacional**

Projeto Mapa – Memória da Administração Pública
Brasileira

Verbete: Câmaras Municipais

<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/141-camaras-municipais>



Espaço 7

Campo de Sant'Anna (Atual praça da República) e a aclamação de Dom Pedro I em 12 de outubro de 1822

A centralidade política e econômica do Rio de Janeiro – primeiro como capital da colônia, depois do Reino – favoreceu a convergência de interesses comuns e recíprocos entre a elite rural, comercial e administrativa da antiga colônia, sobretudo aquelas pertencentes às províncias mais próximas da Corte, como São Paulo e Minas Gerais, embora não sem conflitos. A possibilidade de conciliar o inconciliável, a manutenção da ordem escravista e o progresso a ser alcançado através das Ciências, Artes e Ofícios, desenhou com grossas tintas conservadoras um arranjo bastante original e que levou ao processo de emancipação política brasileira.



Com as elites qualificando as Cortes de Lisboa como autoritárias e tirânicas, e imbuídas do ideário de um poderoso Império, a Câmara da Corte do Rio de Janeiro expediu, em **3 de junho de 1822**, um decreto convocando uma Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa, composta de deputados das províncias do Brasil, os quais seriam eleitos através de um regramento específico. Resguardada pelo sistema de “adesões” das províncias, em **19 de junho**, tais regras foram apresentadas pela mesma Câmara através da Decisão de Governo n° 57, considerada a primeira legislação eleitoral elaborada no Brasil.



FIGURA 8

Com a dispersão das províncias como um grande obstáculo a ser superado, alguns historiadores apontam a importância da figura de Dom Pedro como um elo possível de articulação entre as províncias, sendo o exemplo da fragmentação da América Espanhola em diferentes Repúblicas, na visão da elite da época, um mal a ser evitado. Se hoje fosse, poderíamos dizer, com uma grande dose de humor, que o grito “Independência ou morte”, dado por Dom Pedro ao receber mais um ultimato das Corte de Lisboa para interferir na Corte do Rio de Janeiro, fora um tanto “lacrador”. A Independência não se daria no grito, mas no pacto entre as províncias e na negociação de propostas que contemplassem seus interesses,







como era o caso de Pernambuco, que em troca do seu apoio exigia a elaboração de uma Constituição que limitasse os poderes do soberano. Tal exigência parecia ser um consenso, e a pressão pela convocação de uma Assembleia Constituinte reuniu 6 mil assinaturas (Lustosa, 2006, p. 145), sendo, enfim, convocada em 3 de junho.

As ações e reações em torno do processo de adesão ao Imperador levou a vertente mais conservadora das correntes políticas que se formavam em torno da sua figura a organizar as cerimônias de aclamação e a coroação de Dom Pedro, de modo que o monarca se constituía como garantidor da Constituição e não o contrário. An-

tes mesmo, portanto, da Assembleia dar início aos seus trabalhos e promulgar uma Constituição, Dom Pedro foi aclamado Imperador no dia 12 de outubro de 1822, dia do seu aniversário. Com cinco “Arcos do Triunfo” espalhados entre o Largo do Paço (atual Praça XV) e o Campo de Sant’Anna (atual Praça da República), fogos e iluminações, além de uma tropa estimada em seis mil homens, o príncipe regente do Reino do Brasil tornava-se Dom Pedro I, *Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil*.



NÃO DEIXE DE APRECIAR:



A Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Antiga Sé Catedral e Capela Imperial

Para a historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra, o ato de aclamação e coroação de Dom Pedro I como primeiro Imperador do Brasil foi o marco de “fundação oficial do Estado Independente e imperial do Brasil” (Lyra, 2000, p. 22). O Imperador também foi responsável por inaugurar um outro fato inédito na monarquia portuguesa: o ato de sagração da sua coroação, ocorrida em 1º de dezembro de 1822, conferindo um duplo sentido ao poder a ele atribuído, o religioso e o político (Oliveira, 2007, p. 139). Diferentemente de seu pai, Dom João, que havia sido coroado, mas não sagrado através de uma

cerimônia religiosa, o ritual de sagração de Dom Pedro antecipava o que estava por vir (alerta de spoiler histórico!), no ato despótico de dissolução da Assembleia Constituinte e outorga da Constituição de 1824. Também foi na Capela Real, com o mesmo espírito de evocação do poder sagrado a ele atribuído, que Dom Pedro jurou cumprir a Carta por ele mesmo imposta, em 25 de março de 1824.





Espaço 8

Abertura da Assembleia Geral
Constituinte Brasileira (Atual Palácio Tiradentes)
– em 3 de maio de 1823

Aclamado e sagrado Dom Pedro como Imperador, a convocação da Assembleia Constituinte demorou quase um ano para ser efetivada, embora o debate sobre a forma de organização do Estado estivesse fortemente em disputa. Duas correntes de pensamento se destacavam: os que reivindicavam um Executivo forte compartilhado com o Imperador, com poderes de interferir no Legislativo e Judiciário, encabeçado por representantes das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas; e os que defendiam a distribuição equitativa entre os três poderes, liberdade de imprensa e autonomia político-administrativa entre as diferentes províncias.

A Assembleia deveria ser composta por cem deputados, eleitos de forma indireta conforme a legislação aprovada em 19 de junho de 1822. Contudo, dado o lento processo eleitoral, quando a Assembleia foi aberta, em 3 de maio de 1823, apenas 52 deputados tinham tomado posse. Mesmo nessas condições, algumas Leis foram aprovadas e promulgadas pelo Imperador, 23 artigos que deveriam compor a Constituição foram discutidos e aprovados, e alguns outros projetos, como o que previa a criação de uma universidade no Brasil, estavam sendo encaminhados. Mas a questão da soberania entre os poderes havia gerado um impasse, cuja solução foi dada de forma arbitrária com o fechamento da Assembleia através de um Decreto promulgado pelo Imperador, em 12 de novembro de 1823.



FIGURA 9



Os deputados resistiram, recusando-se a deixar o prédio da Assembleia Constituinte. Sob o argumento de que crescia no Brasil o “espírito de desunião” que visavam provocar a “desordem” e a “anarquia” do país, Dom Pedro cercou o prédio com sua tropa. Depois de dois dias de vigília na Assembleia, conhecida como “A Noite da Agonia”, alguns deputados se retiraram sem mais resistir; outros tantos tentaram resistir e foram presos. E, desses, alguns poucos conseguiram se exilar. Dom Pedro I convocou na sequência um Conselho de Estado, que elaborasse uma Carta constitucional. Assim nasceu a primeira Constituição do Brasil, de forma outorgada, em 25 de março de 1824. Resolvia a questão da soberania com a criação de um quarto poder, o Moderador, definindo o caráter unitário e centralizador do novo Estado Imperial.





A partir de então, “quem ousou discordar dos mecanismos de ação do Estado centralizado e de estrutura limitada e conservadora do poder constituído, passou a ser encarado como ‘terrível inimigo’ da pátria ou ‘amaldiçoados separatistas’, ou seja, passou a ser acusado do grave crime de propor a desagregação do Império do Brasil, o qual continuava a ser pensado na perspectiva de um venturoso porvir” (Lyra, 1994, p. 226).

NÃO DEIXE DE APRECIAR:



FIGURA 10

A atual sede da Câmara de Deputados do Estado do Rio de Janeiro, o Palácio Tiradentes

O prédio que serviu para a reunião da primeira Assembleia Constituinte do país foi demolido em 1922 justamente para servir às comemorações do que pretendia celebrar: o centenário da Independência do Brasil. A pedra fundamental da nova Câmara dos Deputados foi lançada em 19 de junho de 1922, tendo a sua inauguração ocorrido em 6 de maio de 1926, com o nome de Palácio Tiradentes, personagem tornado símbolo da República proclamada em 1889. A Constituição que havia sido outorgada em 1824, definira que o poder Legislativo seria dividido entre um Senado vitalício e



uma Câmara de Deputados cujo mandato deveria ser renovado de quatro em quatro anos. Tanto os Senadores quanto os Deputados eram eleitos de forma indireta e através do voto censitário – que estabelecia uma série de restrições para se tornar eleitor. A inauguração do Palácio Tiradentes no dia 6 de maio de 1926, marcou a pas-



sagem dos 100 anos da abertura da primeira sessão da Assembleia Geral do Brasil pelo Imperador Dom Pedro I. A Câmara dos Deputados funcionou nas antigas dependências entre 1826 e 1914. Entre 1914 e 1922, a Câmara funcionou no Palácio Monroe (demolido em 1975). No mesmo ano de 1922, transferiu-se provisoriamente para a Biblioteca Nacional, até a inauguração do Palácio Tiradentes.



FIGURA 11

Em 1960, com a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, o Palácio Tiradentes passou a abrigar a Assembleia Legislativa do recém-criado Estado da Guanabara, o qual se fundiria com o Estado do Rio de Janeiro em 1974. Desde então, o Palácio Tiradentes é sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

NÃO DEIXE DE APRECIAR:



A primeira Sede do Senado brasileiro, atual Faculdade de Direito da UFRJ

A primeira sede do Senado brasileiro foi construída em 1819 para ser a residência do Conde dos Arcos, último Vice-Rei do Brasil até a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. Em 1824, com o Brasil já independente, o edifício foi adquirido pelo Imperador Dom Pedro I para a instalação do Senado. Para adaptar o prédio à nova função, foi escolhido o arquiteto oficial do Império, Pedro Alexandre Cravoé, que na reforma usou referências neoclássicas europeias da época. O Senado ocupou o Palácio de 6 de maio de 1826 até 31 de dezembro de 1924, quando se transferiu para o Palá-

cio Monroe. A última sessão do Senado no Palácio Monroe foi realizada às vésperas da transferência da capital para Brasília, em 1960.



A primeira sede do Senado brasileiro é ocupada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde a década de 1940.

Link-se!

- **Constituição Política do Império do Brasil**

25 de março de 1824

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm



Espaço 9

Região e cais do Valongo – e a sustentação econômica do novo Império

Assim como a parte onde atualmente se localiza a Praça XV, esta região também sofreu diversas modificações na sua paisagem, tendo sido bastante alterada em sua geografia e identidade original. E da mesma forma que o cais e chafariz do Mestre Valentim, quem visita hoje o cais do Valongo precisa fazer um esforço para imaginar o mar chegando até ali. Contudo, diferente da região central da cidade, essa parte do litoral era bastante recortada. Como descreve o historiador Cláudio Honorato, a região se caracterizava por uma “sucessão de enseadas, destacando-se os sacos do Valongo, da Gamboa e do Alferes”. No final deste trecho da orla marítima, continua o pesquisador, “o mar penetrava pro-

fundamente no continente, formando o saco de São Diogo, com a praia Formosa, dominado por manguezais que se estendiam até o atual Campo de Santana. Próximas a costa, na altura da inflexão do saco do Alferes para a praia Formosa, encontravam-se as ilhas das Moças (ou dos Cães) e dos Melões (ou João Damasceno)” (Honorato, 2008, p. 26).

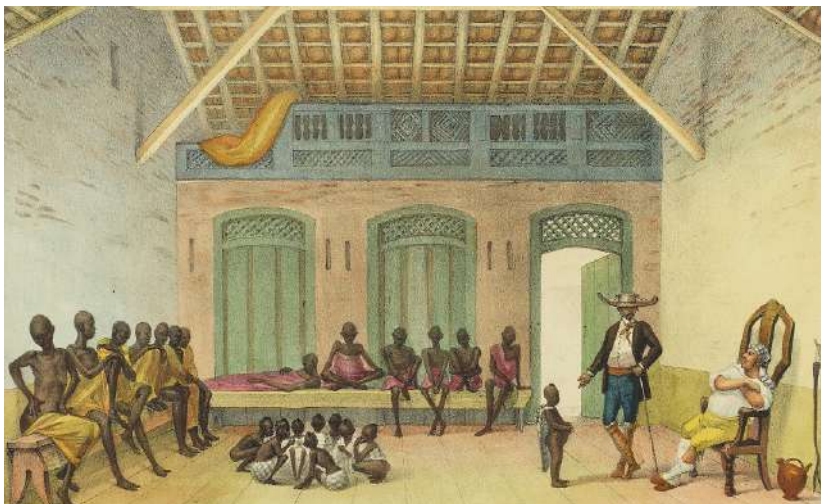


FIGURA 12

No final do século XVIII, a então longínqua região do Valongo foi escolhida como espaço mais propício e adequado para abrigar o comércio de escravos, até então realizado na rua Direita, área nobre da cidade. Embora o comércio ficasse próximo à Alfândega, onde se dava o desembarque dos africanos, a circulação de escravos nas principais ruas da cidade era considerada um grande incômodo,

pelo medo de “infinitas moléstias”, no dizer da época (Honorato, 2008, p. 73) Em 1811, no entanto, o desembarque também foi transferido para o Valongo. Em 1817, a região dispunha de 20 grandes sobrados comerciais para depósito ou venda de escravos, sendo que em 1826, com a perspectiva do fim do tráfico, esse número saltou para próximo de 50, acompanhando também a disparada nos preços (Honorato, 2008, p. 86). Embora em 7 de novembro de 1831 tenha sido promulgada a lei de extinção do tráfico de africanos para o Brasil, ele continuou existindo através de portos com menos visibilidade e fiscalização.

Após o fim do reinado de Dom Pedro I e o início do reinado de seu filho, Dom Pedro II, teve o início do apagamento deste espaço como um lugar de memória da escravidão, a partir de um projeto de urbanização de iniciativa da Câmara Municipal, em 1842. No ano seguinte, em 1843, o jovem Imperador determinou que o cais do Valongo fosse remodelado para o desembarque da princesa Teresa Cristina, acelerando as obras que estavam em andamento. Concluídos os trabalhos, que aterraram o antigo cais, o engenheiro militar responsável pelas obras escreveu em seu relatório: “A antiga e imunda praia do Valongo acaba de converter-se em uma elegante praça, com a denominação de Municipal, depois da construção do Cais da Imperatriz” (Pessoa, 2022, p. 5).



Mas as grandes e significativas mudanças vieram mesmo com a Proclamação da República, em 1889, e a realização de um dos maiores projetos de intervenção urbana que a cidade já passou, tendo a frente o presidente Rodrigues Alves (1902-1906) e o prefeito Pereira Passos. Com as operações portuárias concentradas cada vez mais na região do Valongo, as obras incluíram o alinhamento da orla da região, o aterramento das enseadas da Gamboa, dos Alferes e de São Diogo e o ganho de uma nova superfície de 175 mil metros quadrados sobre a Baía de Guanabara. E, ainda, a demolição do Morro do Senado (atual Praça da Cruz Vermelha), de onde veio a maior parte do material de aterro, o arrasamento das ilhas dos Melões e das Moças, localizadas, respectivamente, nas imediações





da Rodoviária Novo Rio e da Rua da América (principal via do bairro de Santo Cristo)².

2 Conforme “A portuária Avenida Rodrigues Alves”. Séries Ruas do Rio. Márcia Pimentel, 16 de novembro de 2017. Disponível em <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/13244-a-portu%C3%A1ria-e-ol%C3%ADmpica-avenida-rodrigues-alves>

A redescoberta em 2011, em meio às obras do Porto Maravilha, do que havia sido por tantos anos encoberto e soterrado, deu início a um processo de reapropriação daquele lugar como um espaço de memória africana. Em 1º de março de 2017, o Cais do Valongo foi reconhecido como sítio arqueológico e passou a integrar a Lista de Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo seu significado como principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas.

Reconhecer e debater de forma ampla esse e outros espaços de poder da cidade, talvez seja um dos principais desafios do ensino da história e da nossa sociedade contemporânea, a fim de que se possa repensar as bases do nosso Pacto Social, nossas crenças e valores nos princípios dos Direitos Fundamentais dos Homens e dos Cidadãos, no plural, à luz dos 200 anos da nossa Independência e do que dela podemos aprender sobre a nossa jovem Democracia.

NÃO DEIXE DE APRECIAR



Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB):

A proposta desse museu é ser um espaço dedicado à história e ao legado da escravidão de forma a problematizá-la e ressignificá-la. É considerado um museu de tipologia híbrida, trabalhando de forma articulada como um museu de território, a céu aberto e de responsabilidade social, além de museu histórico. Localizado na região conhecida como Pequena África, tem como marco zero da sua fundação o Cais do Valongo, atuando tanto como Centro de Referência

Os Galimbo-as Favelas

Galimbo-as favelas foram uma importante forma de resistência no período da repressão. Uma luta por liberdade, independentemente if forçada nos limites da liberdade e liberdade, no qual o ser humano se apresenta cultural e político ante a realidade da sociedade brasileira. Os Galimbo, se ressignificaram durante os anos e desde até hoje, em território e movimento, como favelas.

Favelas são estruturas de transformação das cidades, como comunidades de resistência, representadas pelo Estado. O Galimbo-as Favelas, mas é mais conhecido atualmente, talvez por quase 100 anos. A Favela, representada por muitos a cidade de Favela, talvez há mais de um século.

From the collection by the artist

Galimbo-as favelas foram uma importante forma de resistência no período da repressão. Uma luta por liberdade, independentemente if forçada nos limites da liberdade e liberdade, no qual o ser humano se apresenta cultural e político ante a realidade da sociedade brasileira. Os Galimbo, se ressignificaram durante os anos e desde até hoje, em território e movimento, como favelas.





AD POVOU O GOVERNŪ

MUNICAB

MUNICAB

MUNICAB
MUNICIPIO
42828
MUNICIPAL
MUNICIPAL

Afro-Brasileira e Afro-Atlântico, quanto na realização de roteiros históricos-interpretativos pela região.



Instituto Pretos Novos (IPN)

A incrível história do IPN começa em 1996, quando o casal Mercedes e Petruccio dos Anjos começou a reformar sua residência, na rua Pedro Ernesto nº 36, no bairro da Gamboa. Em meios às obras, uma grande quantidade de ossos humanos começou a aparecer, fazendo com os proprietários do imóvel desconfiassem estar diante de um achado arqueológico relevante. Através de pesquisas históricas e dos resultados obtidos pelo Laboratório de Antropologia Biológica do Instituto de Arqueologia Brasileira, foi possível iden-

LOS PANDO
 HADINA
 ME
 YI ICIBUOLOI
 MINGOS BONGO
 TEVAG
 FRANCISCO CATUNDONGO
 GERALDA
 HENRIQUETA
 JANUÁRIO ICIBUOLOI
 JOÃO ALVES DA CRUZ
 JOÃO ANTÔNIO
 JOÃO CONGO
 JOSÉ DE BENEDETA
 CARRIEL TOXICONGO
 JULIA LEAMBO
 LEODÁDIA
 LUÍZA
 MANOEL CONGO
 MANOEL DE NAÇÃO MÓJOLA
 MARCOS ICIBUOLOI
 MIGUEL
 SITA
 SOQUE
 ROZA
 SILVANA
 THELSON DE NAÇÃO
 TRONCOSO DE NAÇÃO
 YEN

MUSEU MEMORIAL
PRETOS NOVOS

	RES PEI TO		RESIS TÊN CIA		ME MÓ RIA
	US TI ÇA		ANCES TRALI DADE		OR GU LHO



tificar que o local era parte do antigo Cemitério dos Pretos Novos, que funcionou na região do Valongo entre 1770 a 1830, destinado aos enterramentos dos escravos que morriam após a entrada dos navios na Baía de Guanabara e antes mesmo de serem vendidos. Após anos de luta para transformar sua residência em um espaço de memória, Mercedes e Petruccio criaram em 13 de maio de 2005 o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), com a missão de pesquisar, estudar, investigar e preservar o patrimônio material e imaterial africano e afro-brasileiro, com ênfase no sítio histórico e arqueológico do Cemitério.



Link-se!

- **Documentário: Memórias do Cais do Valongo (28 min)**

Direção: Antônio Carlos Muricy e Carlos Alexandre
Teixeira (2015)

https://www.youtube.com/watch?v=MMdF9Y_5UX8

- **Portal IPHAN**

Restituição do Comitê Gestor do Sítio Arqueológico Cais
do Valongo

<https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-reinstitui-comite-gestor-do-sitio-arqueologico-cais-do-valongo>

Dossiê de candidatura Sítio Arqueológico do Cais do
Valongo

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf



Link-se!

- **Clique aqui para acessar o mapa**

REFERÊNCIA ICONOGRÁFICA

Figura 1

PUSTKOW, Friedrich. Largo do Paço (02). Rio de Janeiro, RJ: G. Leuzinger Ed., [1850]. Gravura, litografia. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393034/icon393034_04v.jpg

Figura 2

THIERRY FRÈRES. Vue de l'extérieur de la galerie de l'acclamation : du Roi D. Jean VI (à Rio de Janeiro). Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1839. Gravura, litografia. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393054/icon393054_171.jpg

Figura 3

THIERRY FRÈRES. *Acceptation provisoire de la constitution de Lisbonne, : à Rio de Janeiro, en 1821.* [Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1839. Gravura, litografia. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393054/icon393054_178.jpg

Figura 4

LOEILLOT, W. *Theatro Imperial*. (1835). Theatre. [S.l.: s.n.], [1835]. Gravura, aquarela. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

<https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/a-opera-da-independencia-uma-exposicao-em-dois-atos-e-dez-cenas/primeiro-ato-o-teatro>

Figura 5

“Aspecto da inauguração, no Largo do Rocio, em dezembro de 1862, da estátua equestre de D. Pedro I, primeiro Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”. *Revista Fon-Fon*, 7 de setembro de 1922. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=259063&pag-fis=152115>

Figura 6

THIERRY FRÈRES. Vue de la Place du Palais, à Rio de Janeiro. Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1839. Gravura, litografia. Acervo Coleção Itaú Cultural.

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393054/icon393054_137.jpg

Figura 7

BERTICHEN, Pieter Godfried. Camara Municipal (campo d'acclamação). Litografia Imperial de Rensburg, 1856. Gravura, Litografia. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18128/camara-municipal-campo-d-acclamacao#zoom18128>

Figura 8:

THIERRY FRÈRES. Acclamation de Don Pédro 1er. Empereur du Brésil; : au camp de St^a. Anna, à Rio-de-Janeiro. Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1839. Gravura, litografia. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon326378/icon326378_181.jpg

Figura 9

Antiga Casa de Câmara de Vereadores e Cadeia. Acervo Palácio Tiradentes

Figura 10

Maquete da antiga Casa de Câmara de Vereadores e Cadeia.
Acervo Palácio Tiradentes.

Figura 11

Maquete do atual Palácio Tiradentes.
Acervo Palácio Tiradentes.

Figura 12

EROY, Laurent. Marché sur la braia dos mineros. Paris [França]:
Lith. de G. Engelmann, [1835]. Gravura. Acervo Fundação Biblioteca
Nacional.

<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17500/boutique-de-la-rue-du-val-longo>

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- BERNARDES, Antonio. “Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções”. In: Formação (Online), v. 27, n. 50, p. 275-299, 2020.
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6564>
- BERNANDES, Lysia M. C.; SOARES, Therezinha S. *Rio de Janeiro: Cidade e região*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1990.
- CARVALHO, José M. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro. Quatro séculos de histórias*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008 (4a edição)
- DIAS, Camila L. Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade”. In: ESTUDOS AVANÇADOS, Vol. 33, N. 97, 2019.
- DIAS, Maria Odila L da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

- FRIDMAN, Fania.; FERREIRA, Mário S. N. “Os portos do Rio de Janeiro Colonial”. In: Observatório Geográfico de América Latina [s/l; s/d] <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiahistorica/464BIS.pdf>
- GONÇALVES, Priscila S. “Memórias de uma cidade civilizada. Festa, cultura e sociabilidade no Rio de Janeiro descrito por Luis Gonçalves dos Santos (1808-1821)”. (Dissertação). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013. <https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/jspui/3195>
- GUIMARÃES, Claudia; SCANAPIECO, Luciana (curadoria.) Catálogo da exposição: Palácio Tiradentes. 90 anos. Brasília: abril de 2016 <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/palacio-tiradentes-90-anos>
- HERMANN, Jacqueline. “O rei da América: notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil”. In: Topoi: N. 8, vol. 15. Dez. 2007 <https://doi.org/10.1590/2237-101X008015006>
- HONORATO, Cezar T.; MANTUANO, Thiago V. “O que era o trapiche? O porto e a cidade do Rio de Janeiro no século XIX”, In: Acervo, Rio de Janeiro, N. 1, vol. 28, , p. 144-158, jan./jun. 2015
- HONORATO, Cláudio P. “Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro (1758-1831). (Dissertação). Niteróis: Universidade Federal Fluminense, 2008.
- LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.
- LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência (1821-1822)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. *. D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 (3a edição).
- LYRA, Maria de Lourdes V. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

- . *O império em construção: Primeiro Reinado e Regência*. São Paulo: Atual, 2000.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio. Civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.
- MASSOTTI, Mariana F. “A igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos no Rio de Janeiro”. (monografia de especialização). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015.
<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=30569@1>
- MEIRELLES, J.G. “A elevação do Brasil a Reino Unido e a Aclamação de D. João VI”. In: *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)* [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015, pp. 43-54.
<https://doi.org/10.7476/9788568576960.0004>.
- MORAES, Antonio C. R. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Anablume, 2002.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NEVES, Lúcia M. B. P. das. *Corcundas e constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.
- NEVES, Lúcia M. B. P. das. & MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1999.
- NOVAIS, Fernando A. & MOTA, Carlos G. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996 (2ª edição).
- OLIVEIRA, Eduardo R. “O império da lei: ensaio sobre o cerimonial de sagração de d. Pedro I (1822)”. In: *Tempo*, vol. 13, n. 26, 2009
<https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100008>

PESSOA, José. “Cais da Imperatriz e praça municipal: análise de um espaço público do neoclássico carioca”. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 30, 2022

<https://doi.org/10.1590/1982-02672021v30e1>

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Renata. *Villa Aymoré. Cidade, patrimônio e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2018.

SOUZA, Iara L. C. *Pátria coroada. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Unesp, 1999.

SOUZA, Wladimir A. *Palácio da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Antigo Conselho Municipal*. [Rio de Janeiro: Leo Cristiano Editorial], 1980.

WEHLING, Arno. “O município no Brasil-Colônia, expressões e limites do poder local”. In: Revista Interdisciplinar de Direito; Faculdade de Direito de Valença, v. 16, n. 2, jul/dez. 2018.

<https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/605>

Projeto contemplado pelo edital Retomada Cultural 2,
promovido pela Secretaria Estadual de
Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro.
Maio 2023



Realização



Patrocínio

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO